

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo 2

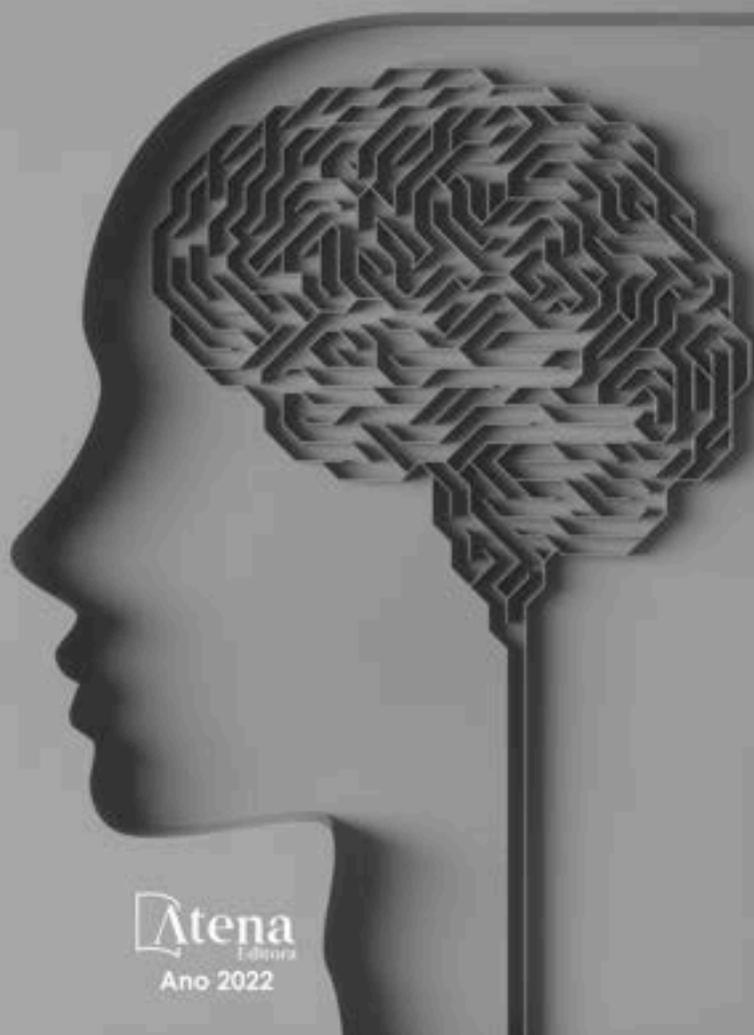


Atena
Editora
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo 2



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A psicologia como ciência e seu(s) objeto(s) de estudo 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 A psicologia como ciência e seu(s) objeto(s) de estudo 2 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0403-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.033221708>

1. Psicologia. 2. Consciência. I. Ferreira, Ezequiel
Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editores
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *A psicologia como ciência e seu(s) objeto(s) de estudo*, reúne neste volume doze artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A LINGUAGEM TERNA DE SÁNDOR FERENCZI COMO RECURSO DA RELAÇÃO ENTRE LEITOR E OBRA LITERÁRIA

Marcos de Moura Oliveira

Soraya Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0332217081>

CAPÍTULO 2..... 10

A SAÚDE EMOCIONAL DOS TRABALHADORES RESGATADOS EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO: CONTRIBUIÇÃO DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NO COMBATE AO CICLO NOCIVO DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Nathalia Canhedo

Carlos Mendes Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0332217082>

CAPÍTULO 3..... 22

A RELAÇÃO TERAPÊUTICA AOS OLHOS DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Paola Eloisa Müller

Chancarlyne Vivian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0332217083>

CAPÍTULO 4..... 31

A SAÚDE MENTAL DE MULHERES EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Mary Kellen Domingos de Sousa

Juliana Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0332217084>

CAPÍTULO 5..... 45

A VELHICE E SUAS POSSIBILIDADES DE SENTIDOS

Antônio de Castro Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0332217085>

CAPÍTULO 6..... 61

DESAFIOS DA INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO DO ALUNO COM TEA (TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA)

Brunna Sirqueira Braga Santos

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0332217086>

CAPÍTULO 7..... 78

PENSAR E AGIR EM COMUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA

Natália Helena da Silva Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0332217087>

CAPÍTULO 8.....	88
CONVERSAS COM PROFESSORAS SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ENFRENTAR A PATOLOGIZAÇÃO E A MEDICALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO HIPERATIVO	
Karla Paulino Tonus	
Bárbara Letícia Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0332217088	
CAPÍTULO 9.....	100
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NA ADOLESCÊNCIA, SOB O OLHAR DA ENFERMAGEM E DA PSICOLOGIA	
Iasminny Loiola Teixeira	
Letícia Ferreira de Amorim	
Brunna Nayara Alves Sousa Rolim de Sena	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0332217089	
CAPÍTULO 10.....	119
AVALIAÇÃO DE RISCO E PROTEÇÃO PARA USO DE DROGAS E VIOLÊNCIAS: UM MODELO EM ADAPTAÇÃO PARA O BRASIL	
Emerson Luiz Padilha Junior	
Renata Westphal de São Tiago	
Charlene Fernanda Thurow	
Daniela Ribeiro Schneider	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03322170810	
CAPÍTULO 11.....	135
A ESPIRITUALIDADE E A SAÚDE MENTAL, UMA REVISÃO SOBRE A PSIQUIATRIA E ESPIRITUALIDADE/ RELIGIOSA	
Gabriel Turra Kuchiniski	
Gisele Berticelli Brandeleiro Locatelli	
Fernanda Camargo Paetzhold	
Patrícia Barth Radaelli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03322170811	
CAPÍTULO 12.....	146
PROJEÇÃO CONSCIENTE: ACELERADOR RECINOLÓGICO	
Katia Cilene Sousa Torres	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03322170812	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	157
ÍNDICE REMISSIVO.....	158

CAPÍTULO 2

A SAÚDE EMOCIONAL DOS TRABALHADORES RESGATADOS EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO: CONTRIBUIÇÃO DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NO COMBATE AO CICLO NOCIVO DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Data de aceite: 01/08/2022

Nathalia Canhedo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins. Assessora jurídica de 1ª Instância do Tribunal de Justiça do Tocantins

Carlos Mendes Rosa

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

RESUMO: Trata-se de pesquisa acerca do prejuízo ocasionado na saúde emocional do trabalhador resgatado em condições análogas à de escravo cujo objetivo é responder à seguinte problemática: quais as consequências psíquicas do trabalho análogo à escravidão? Para se alcançar referida finalidade o estudo utilizará o método dedutivo com abordagem qualitativa, cujo tipo de pesquisa será descritivo por meio da técnica bibliográfica. Ao final demonstrar-se-á como a Psicodinâmica do Trabalho pode contribuir no pós-resgate dos trabalhadores submetidos ao trabalho forçado para que não retornem ao ciclo

nocivo da escravidão contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Psicodinâmica do Trabalho; Saúde Emocional do Trabalhador; Trabalho Escravo Contemporâneo.

1 | INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial acarretou uma mudança no modo e no processo de trabalhar impondo aos trabalhadores ritmos frenéticos e ordenados na execução das tarefas, o que levou ao adoecimento físico e emocional destas pessoas, movimento percebido pelo francês Cristophe Dejours, que na década de 80 trouxe o termo Psicodinâmica do Trabalho.

Referida área visa estudar os mecanismos de defesa dos trabalhadores frente às estruturas organizacionais existentes que os oprimem e os adoecem, sendo muito utilizada até hoje, seja na esfera pública ou privada.

O trabalho escravo contemporâneo, tipificado no artigo 149 do Código Penal – CP e no artigo 2º da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, traz como elementos básicos a submissão ao trabalho sob ameaça, jornada exaustiva, condição degradante e a restrição à locomoção por dívida contraída em que se percebe a presença marcante da coação física sobre tais trabalhadores.

Todavia, longe de ser o trabalho escravo apenas um crime cometido contra a integridade

física do trabalhador, a junção da Psicodinâmica do Trabalho com a temática em debate tem permitido o surgimento de alguns estudos sobre o adoecimento emocional dos trabalhadores resgatados em condições subumanas de sobrevivência, seja pelo medo, pela impotência, pela vergonha, dentre outros aspectos.

As pesquisas mais abrangentes encontradas foram realizadas por Ana Cláudia de Jesus Vasconcelos Chehab – da Universidade Católica de Brasília, bem como por Fernando de Oliveira Vieira, Maiara Oliveira Marinho e Liliam Deisy Ghizoni, todos da Universidade Federal Fluminense, em conjunto com o Grupo de Pesquisa CNPQ/UFT Trabalho e Emancipação e, por fim, por Luís Henrique da Costa Leão, da Universidade Federal de Mato Grosso.

Assim, o estudo tem como objetivo responder à seguinte indagação: quais as consequências psíquicas do trabalho análogo à escravidão?

Para que a pergunta acima descrita possa ser respondida de forma clara e objetiva o artigo estrutura-se em duas partes, sendo a primeira delas destinada a demonstrar a loucura pelo trabalho desde a Revolução Industrial e o adoecimento psíquico dos trabalhadores e a segunda a evidenciar a vulnerabilidade emocional dos trabalhadores resgatados em condições análogas à de escravo, bem como a elucidar uma possível contribuição da Psicodinâmica do Trabalho no aspecto do pós-resgate destes trabalhadores para que não retornem ao ciclo nocivo da escravidão contemporânea.

Finalmente, para alcançar os objetivos descritos o estudo utilizará o método dedutivo com abordagem qualitativa, cujo tipo de pesquisa será descritivo por meio da técnica bibliográfica.

2 | A LOUCURA PELO TRABALHO E O ADOECIMENTO PSÍQUICO DOS TRABALHADORES

A Revolução Industrial do século XVIII foi marcada pela transformação da vida do trabalhador e do seu modo de trabalhar em que a máquina passou a ditar o ritmo no qual essas pessoas deviam trabalhar e não mais as mesmas, de modo que controlados pelo objeto (e vistos tal como) passaram a adoecer fisicamente.

O período foi marcado pelo grande crescimento da produção, do êxodo rural, da concentração de pessoas nos meios urbanos e a duração da jornada de trabalho de 12, 14 e até 16 horas por dia, com salários baixos e insuficientes para assegurar o estritamente necessário para a sobrevivência desses trabalhadores e de seus familiares.

Na década de 80 o psiquiatra e psicólogo francês, Cristophe Dejours, passou a estudar o que ele denominaria de Psicodinâmica do Trabalho, abordagem científica que investiga os mecanismos de defesa dos trabalhadores frente às situações causadoras de sofrimento decorrentes da organização do trabalho.

Ao observar o modo de trabalho causado pela Revolução Industrial o francês

constatou o adoecimento físico e mental dos trabalhadores da época em que a luta dos mesmos “pela saúde, nesta época, identifica-se com a luta pela sobrevivência: viver, para o operário, é não morrer” (DEJOURS, 1987, p. 14).

Nessa loucura pelo trabalho e pela produção exacerbada o trabalhador, ao final, não se reconhece como parte do produto fabricado, o que Karl Marx vai nomear de alienação do trabalhador, sendo facilmente substituído e substituível por outro que desempenhe as mesmas funções com maior agilidade e sem questionar as organizações de trabalho e nem a estrutura já existente.

Essa ausência de reconhecimento pelo trabalhador foi também estudada pelo filósofo e sociólogo alemão Alex Honneth em sua obra intitulada *Luta por Reconhecimento*, publicada pela primeira vez em 1975, em que os trabalhadores não se reconheciam no movimento de produção imposto pela Revolução Industrial e perceberam que nada podiam fazer dentro da composição organizacional e dominadora dos meios de produção.

Assim, a maior preocupação dos trabalhadores à época era com a saúde física na conquista primordial do direito de viver, como foi chamado por Dejours, sendo a preocupação com o corpo de extrema valia, já que os trabalhadores não tinham o direito de adoecer.

Assim, para Dejours,

Não é o aparelho psíquico que aparece como primeira vítima do sistema, mas, sobretudo o corpo dócil e disciplinado, entregue, sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção à direção hierarquizada do comando. Corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. Corpo doente, portanto, ou que corre risco de tornar-se doente (DEJOURS, 1987, p. 19).

Giorgio Agamben, em 1995, em sua obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* traz o termo biopolítica como o poder do Estado sobre os cidadãos, caracterizado pelo poder disciplinar que torna o corpo humano dócil em que o “próprio corpo do *homo sacer*, na sua matável insacrificabilidade, é o penhor vivo da sua sujeição a um poder de morte, que não é porém o cumprimento de um voto, mas absoluta e incondicionada” (AGAMBEN, 2002, p. 106).

Portanto, se faz necessário o controle sobre os corpos destes trabalhadores para que a estratégia de dominação imposta funcione adequadamente onde “entre eles, o capitalismo foi o mais bem sucedido conseguindo fabricar essa docilidade por intermédio da ilusória promessa de felicidade” (BAPTISTA, 2014, p. 71).

Inobstante o corpo seja o primeiro a dar sinais desse adoecimento, não é verdade que os prejuízos causados pela exploração deixem marcas apenas no corpo físico, sendo o aparelho mental o primeiro a ser prejudicado como forma de anular as resistências que esses trabalhadores possam vir a ter.

A mais de uma década da Revolução Industrial deparamo-nos com o trabalho como fonte causadora de malefício para a saúde mental dos trabalhadores, seja na esfera

privada, seja na pública, em que a sociedade disciplinar transmutou-se para a sociedade do desempenho, como ensina Han:

Para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder, pois a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento. O sujeito do desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência. O poder, porém, não cancela o dever. O sujeito de desempenho continua disciplinado. (HAN, 2015, p. 25/26)

No entanto, mesmo dentro de uma sociedade denominada de desempenho, o poder não deixou de existir, nem a disciplina imposta aos trabalhadores que devem se sujeitar aos comandos hierárquicos organizacionais atuantes, muitas vezes, de maneira velada.

Assim, o trabalhador vive um dilema entre o sofrimento e o prazer, entre o trabalho (muitas vezes precário) e o desemprego, entre a alienação e a liberdade e não encontra meios para desvencilhar-se dessa realidade em que está inserido e passa a sofrer as consequências psíquicas silenciosas deste contexto sem ter a completa noção do que isso possa lhe causar.

Infelizmente referida realidade não está adstrita aos trabalhadores resgatados em condições análogas à de escravo, objeto de estudo deste trabalho, mas perpassa as inúmeras relações trabalhistas do século XXI denominadas de servidão voluntária, que guarda relação “com o esmagamento do sujeito entre o desejo de trabalhar e a obrigação de servir” (VIEIRA, MARINHO e GHIZONI, 2018, p. 63).

O trabalho, visto muitas vezes como um instrumento de emancipação social e garantidor de ascensão econômica, passa a ser causa de sofrimento e adoecimento para os trabalhadores modernos, repetindo os mesmos padrões analisados por Dejours na década de 80.

As estruturas organizacionais atuais e as imposições do modo de trabalhar com suas mais variáveis sujeições acarretam aos trabalhadores violências psíquicas sutis como, por exemplo, cobranças de metas e ameaças de desemprego, demonstrando ao empregado o seu quase nulo poder de negociação dentro do sistema:

O sofrimento é inerente ao ato de trabalhar porque há um conflito entre a organização do trabalho, com suas normas e prescrições, e o funcionamento psíquico, que é pautado pelo desejo. (CHEHAB, 2017, p. 17)

É neste cenário, portanto, que a Psicodinâmica encontra solo fértil para sua atuação em que “a sociedade ocidental não só trabalha para (sobre)viver, mas também vive para trabalhar” (DUARTE e MENDES, 2015, p. 72) e padece silenciosamente pelo conflito: sofrimento-prazer, trazendo à tona a questão da alienação “no sentido psiquiátrico também, de substituição da vontade própria do sujeito pelo objeto” (DEJOURS, 1987, p. 137).

O trabalhador alienado e consciente de que não pode modificar as estruturas organizacionais, e preferindo o sofrimento ao desemprego, passa a se sujeitar a todos os

tipos e formas de trabalho acreditando que merece a condição em que está inserido, seja pela sua pouca instrução, pela vergonha, pelo medo, dentre tantas outras maneiras de negação das verdadeiras fontes do adoecimento.

Para Chehab,

Os sofrimentos provenientes do trabalho podem ser mascarados por meio da obediência (subserviência) às ordens superiores. Para resistir às condições degradantes e humilhações, o trabalhador recorre à submissão, negando o sofrimento alheio e calando o próprio (CHEHAB, 2017, p. 24).

No caso dos trabalhadores reduzidos à condição análoga à de escravo este sofrimento psíquico tem levado inúmeros pesquisadores da área da psicologia, bem como de outras, a estudarem quais são as consequências na psique destas pessoas, já que além de privadas de sua liberdade física, ainda possuem sua mente acorrentada pela submissão, pelo medo, pela vergonha, pela opressão e pela exclusão social.

Este trabalho, portanto, se propõe a esta análise.

3 | A VULNERABILIDADE EMOCIONAL DOS TRABALHADORES RESGATADOS EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NO PÓS-RESGATE DESTES TRABALHADORES

Desde o período pré-colonial do Brasil utiliza-se a mão-de-obra escrava, com outra roupagem, é certo, mas sempre sobre um regime de trabalho exaustivo e subumano, onde inicialmente escravizaram-se os índios, posteriormente os negros africanos e agora a classe marginalizada da sociedade brasileira, evidenciando que o trabalho escravo sempre esteve presente em nossa sociedade.

Formalmente o Brasil aboliu a escravatura em 13 de maio de 1888 com a tão famosa chamada Lei Áurea, inobstante no período compreendido entre 1830 e 1850 cerca de 800 (oitocentos) mil africanos tenham sido trazidos ilegalmente ao país (MAMIGONIAN, 2017, p. 07).

A história brasileira, portanto, tem suas raízes fincadas na exploração braçal de diferentes classes que nunca foram reconhecidas como pertencentes dos mesmos direitos e garantias que os demais cidadãos desta nação, em que a proibição (ainda que formal) da escravidão teve como consequência o aprofundamento das divisões e desigualdades sociais que o país já vivia àquela época.

Décadas depois da abolição, contudo, a escravidão de outrora ainda é presente no dia a dia de muitos brasileiros, bem como em tantos outros países mundo afora, não aquela escravidão apenas de índios e negros africanos marcados por correntes ao redor de seus corpos, mas a escravidão que também algema a psique de inúmeros trabalhadores modernos.

O trabalho análogo ao de escravo é caracterizado dentro do ordenamento jurídico

brasileiro como aquele em que estarão presentes condições degradantes, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida, conforme previsão do artigo 149 do Código Penal e Portaria nº 1129 de 2017 do Ministério do Trabalho.

O artigo 1º da portaria supracitada estabelece que para o recebimento do seguro-desemprego quando submetido ao regime de trabalho forçado se faz necessária ainda observância de quatro pontos principais: o uso de coação para ameaçar e exigir o trabalho; a retenção do trabalhador no local de trabalho a partir do cerceamento do uso de meio de transporte e isolamento geográfico; o uso de segurança armada com vista à retenção do trabalhador e por fim, a contenção da documentação pessoal do trabalhador.

Assim, estando presentes alguns ou todos os núcleos do tipo penal do artigo acima mencionado restará definido o trabalho reduzido à condição análoga a de escravo, conduta também prevista no artigo 2º da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho, que foi ratificada pelo Brasil em 25 de abril de 1957.

Da leitura dos artigos 149 do CP, bem como 2º da Convenção nº 29 da OIT, infere-se a existência marcante de agressões à força de trabalho para que haja o devido enquadramento na norma sem, contudo, haver qualquer menção às ofensas emocionais que o trabalho escravo pode ocasionar a estes trabalhadores resgatados nestas condições.

Recolhidos na servidão contemporânea e efetuado o pagamento das verbas trabalhistas e das indenizações devidas aos trabalhadores resta saber se as violações ocorrem tão somente em seu corpo, em seus direitos ou se há efeitos para além destas áreas em cada um daqueles que vivenciam experiências tão traumáticas como tais.

Portanto, a proteção a estes trabalhadores não pode se dar apenas no campo jurídico, visto que as consequências das transgressões estão além de corpos físicos esgotados, mãos calejadas, direitos violados; o aparelho psíquico tem sido silenciosamente agredido sem que hajam os devidos reparos e ajustes necessários para o restabelecimento da saúde emocional destes cidadãos.

O adoecimento emocional causa tanto sofrimento quanto aquele que atinge o corpo físico, cuja exaustão e a fadiga de anos expostos ao sol e a jornadas exaustivas insalubres provocam a morte de trabalhadores. Por sua vez, a enfermidade emocional também pode levar ao mesmo fim, só que de maneira, muitas vezes, bastante silenciosa.

Para Vieira, Marinho e Ghizoni,

De um lado os sem trabalho, sofrem. De outro, os que trabalham também sofrem. Os primeiros, muitas vezes, não visualizam alternativa, a não ser sujeitarem-se a condições desumanas de trabalho, quando buscam uma oportunidade de sobrevivência. Os segundos, para não caírem no primeiro grupo, acabam submetendo-se a regras impostas pelo mercado de trabalho. “Ruim com ele, pior sem ele”, um dos jargões, disseminados pelo senso comum da banalização da violência. (VIEIRA, MARINHO e GHIZONI, 2018, p. 65)

O binômio sofrimento/prazer identificado por Dejours, desse modo, se faz presente

até hoje nas estruturas organizacionais e nas relações de trabalho do século XXI e como muito bem explanado pelos autores supracitados, se uns sofrem por algo, outros pelo oposto, mas fato é que todos sofrem e adoecem vagarosamente.

E neste processo de adoecimento e precarização social do trabalho,

Aprofunda-se o processo de coisificação das relações humanas e de humanização das coisas, destrata-se a vida. Fragilizando-se o reconhecimento social e a valorização simbólica, mina-se a autoestima, sendo atingidas, conforme Seligmann-Silva (1997, 2001) e Nardi (2006), as identidades individual e coletiva, bem como a dimensão ética e a dignidade – o cerne do ser humano. (FRANCO, DRUCK e SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 232).

Os trabalhadores que vivenciam a experiência da escravidão contemporânea, segundo dados obtidos junto ao Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, possuem baixa renda e pouco grau de escolaridade, concentrando-se em sua maioria nos Estados do Pará, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Tocantins.

Em todos os estados brasileiros o trabalho escravo centraliza-se em grande percentual na zona rural, especialmente na criação de bovinos para corte, cultivo de arroz e fabricação de açúcar em bruto, conforme dados do sítio eletrônico referido supra, sendo que em 16 (dezesesseis) deles a criação de bovinos aparece em primeiro lugar como setor econômico mais frequentemente envolvido com denúncias sobre a escravidão contemporânea.

O Tocantins, Pará e Espírito Santo são os entes da federação em que mais foram resgatados trabalhadores na criação de bovinos para corte. Por outro lado, em São Paulo, embora também possua alto índice na mesma área, há um destaque no setor costureiro e confecção em geral com quase 30% (trinta por cento) dos trabalhadores em condições análogas à de escravo.

Portanto, este estudo utilizará como base de dados o trabalho escravo rural, cuja predominância ocupa o ranking nacional, inobstante o setor da construção civil e confecção nos grandes centros urbanos apresente importante relevância social.

No cenário rural os trabalhadores são atraídos ao trabalho reduzido à condição análoga à de escravo por terceiros denominados de “gatos” ou aliciadores e levados a trabalharem em locais distantes de sua terra natal e de seus familiares e “lá são mantidos por capatazes, fiscais ou pistoleiros mediante vigilância armada, violência física, coação psíquica e dívidas ou pelo isolamento geográfico” (CHEHAB, 2017, p. 16).

A situação acima descrita ocorre, muitas vezes, na busca incessante por um bom trabalho, uma boa remuneração e a possibilidade de ascensão social que permita tirar a família da situação de vulnerabilidade econômica em que se encontra, de forma que as propostas ofertadas pelos “gatos” são bastante atrativas aos olhos de pessoas humildes e com pouca instrução.

Todavia, ao chegarem ao local de destino os trabalhadores são surpreendidos por

um labor bastante diverso daquele prometido e passam a experimentar as consequências físicas e psíquicas do trabalho escravo contemporâneo, seja por nunca receberem os valores que lhe são devidos, seja pelas más instalações do local em que vivem, seja pela precariedade da comida e da água, seja pelas ameaças constantes dos fiscais, seja pelas violências físicas, seja por estarem distantes de seus familiares sem poderem fazer qualquer tipo de contato; enfim, inúmeras são as situações que os ameaçam dia e noite.

Infere-se, portanto, que para além do aprisionamento físico destes trabalhadores em locais distantes e isolados, vigiados ainda por capatazes, há uma exploração mental silenciosa a minar a capacidade destas pessoas de se reconhecerem como pertencentes ao meio social, o que já havia sido analisado por Dejours na década de 80:

Parece que a exploração do corpo passa sempre e necessariamente por uma neutralização prévia da vida mental, através da organização do trabalho. A submissão dos corpos só seria possível por meio de uma ação específica sobre os processos psíquicos, etapa fundamental, cujas peças podem ser desmontadas. Tornar dócil um corpo não é coisa simples, pois ele, normalmente, está submetido a seu chefe natural, chamado "personalidade". A desapropriação do corpo só é possível graças a uma operação específica sobre a estrutura da personalidade, cujos efeitos, duráveis ou reversíveis segundo o caso, fazem parte integrante da carga de trabalho (DEJOURS, 1987, p. 136).

E assim, aprisionados por correntes invisíveis aos olhos permanecem laborando em tais condições na esperança de um resgate ou uma benção divina que os retire do local, e o sonhado emprego que lhes proporcionaria um progresso financeiro e a melhora das condições de vida escorre pelas mãos sem nunca lhes ter pertencido de fato e sem serem reconhecidos como seres humanos dignos que são.

O trabalho realizado por Chehab identificou em sua pesquisa que

A experiência de fracasso vivenciada pelos cativos ao depararem-se com o real e o inesperado, causou em muitos deles dificuldade de encarar suas famílias, uma vez que saíram de seus lares com promessas rentáveis e, na grande maioria dos casos, voltaram sem nada ou até endividados. Assim, sentimentos de inferioridade, de discriminação e de desvalorização social são frequentes no momento do reencontro (CHEHAB, 2017, p. 21).

No mesmo sentido do estudo acima apontado, Leão constatou no trabalho forçado no norte fluminense que:

Os entrevistados revelaram o baixo reconhecimento social do corte da cana, visto sempre como vergonhoso, *pois ser cortador de cana é ser sujo, o tempo todo é a vergonha de entrar no ônibus sujo. (...) Então eles têm muita vergonha. Sacaneiam o outro o tempo todo. (...) Ih, aquele ali corta cana, durante o dia, corta cana* (Entrevistado 2). Tudo isso gera uma ideologia de vergonha, que é poderosíssimo mecanismo de submissão, a ponto desse trabalho poder ser classificado como um *dirty work* (trabalho sujo), uma atividade desvalorizada socialmente (LEÃO, 2016, p. 3933).

Identificam-se, assim, nas falas dos entrevistados sentimentos de culpa, medo e

inferioridade pelo trabalho desempenhado, já que não o reconhecem como um labor digno e justo, negando a si mesmos e aos sofrimentos que perpassam diariamente, demonstrando a necessidade de enfrentamento da problemática também sob o enfoque da saúde pública.

Na investigação de Vieira, Marinho e Ghizoni observou-se que:

A promessa de pertencimento, de benefícios sociais, tais como plano de saúde ou auxílio-educação, convida o indivíduo a se sujeitar às condições sugeridas pelo empregador. Nesse sentido, o colaborador espontaneamente entrega-se de corpo e alma ao trabalho, mesmo que sob o preço de sofrimento patológico. (VIEIRA, MARINHO e GHIZONI, 2018, p. 68).

No entanto, e apesar de tais constatações, ainda são morosas as pesquisas sobre saúde mental do trabalhador resgatado em condições análogas à de escravo e mesmo com a existência da Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, do Ministério da Saúde, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, não vemos ações estratégicas pelas esferas de poder em atenção integral à saúde emocional do trabalhador encontrado em escravidão contemporânea.

As ações de combate ao escravismo contemporâneo promovidas especialmente pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego são eficientes na libertação dos trabalhadores que vivenciam esta experiência, tanto que no período compreendido entre 2003 a 2018 foram resgatados 44.229 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte e nove) trabalhadores, segundo dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil.

Todavia, hoje 60% (sessenta por cento) destes trabalhadores resgatados acabam retornando ao ciclo nocivo da escravidão contemporânea, conforme Organização Internacional do Trabalho, de forma que o principal aspecto de enfrentamento da problemática tem se dado no pós-resgate das operações realizadas, seja no campo da educação ou da psicodinâmica do trabalho.

Assim, a “Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2000; DEJOURS, 2006; MENDES, 2007) pode ser um referencial importante para explicar os processos mentais e sociais, que revelam contradições na produção de subjetividades” (VIEIRA, MARINHO e GHIZONI, 2018, p. 65) podendo auxiliar sobremaneira no combate ao ciclo nocivo do trabalho forçado e desumano construindo estratégias defensivas na psique dos trabalhadores para que não se submetam à servidão voluntária novamente.

A Clínica do Trabalho, originada da Psicodinâmica do Trabalho, possui como proposta “compreender, analisar e transformar as situações de trabalho que causam males aos trabalhadores” (SOLDERA, 2017, p. 57) e permitir aos mesmos “a reconstrução de sua capacidade de pensar e também de criar estratégias eficazes, coletiva e individualmente, para confrontar situações que provoquem sofrimento” (DUARTE e MENDES, 2015, p. 96).

As poucas pesquisas realizadas já demonstram a necessidade que os trabalhadores encontrados em regime de servidão contemporânea têm para curar as enfermidades

emocionais causadas pelo labor exaustivo e subumano de modo que reconstruam sua habilidade de enfrentar o mercado de trabalho de maneira mais saudável e menos penosa possível.

Assim, o fortalecimento da saúde emocional de tais trabalhadores e a criação de mecanismos de defesa contras as organizações existentes pode ser um excelente caminho ao verdadeiro combate ao trabalho reduzido à condição análoga à de escravo, especialmente quanto à possibilidade de não mais retornarem à mesma situação que tenha lhe causado mazelas físicas e psíquicas.

4 | CONCLUSÃO

A saúde emocional tem sido campo de preocupação de estudiosos no campo do trabalho frente ao binômio sofrimento-prazer que as relações trabalhistas causam aos empregados desde a Revolução Industrial, quando o termo Psicodinâmica do Trabalho ganhou força após pesquisa realizada por Christophe Dejours.

O não reconhecimento de si mesmo e do trabalho que desempenha dentro de uma estrutura organizacional tem levado ao adoecimento não apenas físico, mas especialmente mental do funcionário moderno.

O combate à servidão por dívida demonstra o sucesso, na grande maioria das vezes, na captura de trabalhadores vivendo em situações de jornada exaustiva, humilhante e subumana onde é evidente às agressões físicas que referidas pessoas passam quando são submetidas àquela situação.

Todavia, o aparelho psíquico dos trabalhadores tem sido esquecido quando se fala em trabalho reduzido à condição análoga à de escravo, como restou demonstrado ao longo deste estudo, sendo de suma importância no combate ao ciclo nocivo que muitos deles experimentam.

O acorrentamento da mente humana desestrutura aquilo que apenas ao trabalhador pertence, sua saúde emocional, seu equilíbrio, sua personalidade e sua capacidade de se reconhecer como um ser digno de um trabalho gratificante e feliz.

Portanto, o estudo do tema em questão é de suma importância no enriquecimento de possíveis novas estratégias para o combate ao escravismo contemporâneo e ao seu ciclo nocivo de forma a erradicar, de uma vez por todas, esta realidade mundial.

A Psicodinâmica do Trabalho pode e deve contribuir na análise das consequências psíquicas que as estruturas organizacionais dominantes causam aos trabalhadores modernos, especialmente quando se fala em trabalhador escravo, cuja vulnerabilidade socioeconômica já os coloca à margem da sociedade.

Por fim, o reconhecimento e a reinserção de forma digna dos cidadãos escravizados ao mercado de trabalho e à sociedade possui como finalidade alcançar o maior fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BAPTISTA, Mauro Rocha. Notas sobre o conceito de vida em Giorgio Agamben. **Revista Profanações**. Santa Catarina, v. 1, n. 01, p. 53-74, jan/jun. 2014

BRASIL, **OIT – Organização Internacional do Trabalho**. Erradicação do trabalho forçado. Brasília: OIT, 2005. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/in_focus/trab_esc.php>. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____, **CÓDIGO PENAL**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 22 de out. 2018.

_____, **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>. Acesso em: 20 de out. 2018.

_____, **MINISTÉRIO DO TRABALHO**, Portaria MTB nº 1293, de 28 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2º-C da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e trata da divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n.º 4, de 11 de maio de 2016.

_____, **OBSERVATÓRIO DIGITAL DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL**. Disponível em: <<https://observatorioescravo.mpt.mp.br/>>. Acesso em: 16 de out. 2018

CHEHAB, Ana Cláudia de Jesus Vasconcellos. Sofrimento Psíquico no Trabalho Escravo: contribuições da psicodinâmica do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, Brasília, v. 21, n. 01, p. 13-28, 2017.

DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DUARTE, Fernanda Sousa. MENDES, Ana Magnólia. Da escravidão à servidão voluntária: perspectivas para a clínica psicodinâmica do trabalho no Brasil. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 71- 134, abr. 2015.

FRANCO, Tânia. DRUCK, Graça. SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais do trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HONNETH, Alex. **Luta por reconhecimento e gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LEÃO, Luís Henrique da Costa. Trabalho **Escravo contemporâneo como um problema de saúde pública**. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n12/3927-3936/pt/>>. Acesso em: 20 de out. 2018

LIMA, Kamila Santos de. **De escravizado à resgatado**: O caso de um trabalhador rural. 2018.131f. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração). UFT, Palmas.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos livres**: A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo.

SOLDERA, Lucas Martins. Clínicas do Trabalho: concepção histórica e desenvolvimento de uma proposta heterógena. **Revista Trabalho (En)Cena**. Tocantins, 2017, v. 2, n. 01, p. 50-64, jan./jun. 2017.

VIEIRA, Fernando de Oliveira. MARINHO, Maiara Oliveira. GHIZONI, Liliam Deisy. “Ruim com ele, pior sem ele”: servidão (in) voluntária que reforça o trabalho escravo contemporâneo, apontamentos sob à luz da psicodinâmica do trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais – RBEO**. Curitiba, v. 5, n. 01, p. 55-79, jun 2018

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem centrada na pessoa 22, 23, 24, 26, 28, 29, 30
Acelerador 146, 147, 152, 155
Adaptação cultural 119, 120, 124, 125, 130, 134
Adolescência 26, 27, 82, 100, 103, 105, 114, 116, 117, 118, 123, 132, 133, 134
Autonomia 24, 26, 53, 56, 78, 80, 85, 86, 106, 128, 129

C

Communities that care youth survey 119, 120, 123, 124, 127, 131, 132, 134
Comportamento hiperativo 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98
Compreensão empática 22, 23, 24, 25, 26, 29
Confusão de línguas 1, 2, 3, 4, 7, 9
Consciente 13, 25, 142, 146, 147, 148, 151, 152

D

Diagnóstico diferencial 135, 136, 141, 143, 144
Dinâmica de grupos 78

E

Enfermeiro(a) 100, 103, 104, 110, 114, 115
Envelhecimento 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 59
Espiritualidade 123, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145

F

Fatores de risco e proteção 119, 120, 121, 122, 123, 125, 128, 131, 133, 134

I

Instrumento de avaliação 119, 120, 130

L

Literatura 1, 2, 3, 4, 7, 8, 23, 44, 45, 49, 53, 60, 117, 119, 122, 135

M

Medicalização na educação 88, 98

P

Projeção 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155
Psicanálise 1, 2, 4, 7, 8, 9, 157

Psicodinâmica do trabalho 10, 11, 14, 18, 19, 20, 21

Psicologia 9, 10, 14, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 64, 65, 68, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 99, 100, 103, 104, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 130, 132, 133, 134, 157

Psicologia social comunitária 78, 79, 80, 84, 86

Psicólogo(a) 11, 22, 24, 33, 79, 80, 85, 86, 87, 99, 100, 103, 104, 112, 113, 116, 118, 132, 133, 157

Psicoterapia 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 48, 113

Psiquiatria 135, 144

R

Recinologia 146

Relação abusiva 31, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42

Relações de gênero 31, 43

Religião 105, 122, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145

Rodas de conversa 88, 89, 93

S

Sándor Ferenczi 1, 2, 3, 9

Saúde emocional do trabalhador 10, 18

Saúde mental 12, 18, 31, 33, 37, 41, 131, 132, 133, 135, 136, 139, 140, 141, 143, 144

Senescência 45, 49, 51, 52, 57

Sistema de prevenção 119, 120, 122, 125, 128, 129, 130

T

Trabalho escravo contemporâneo 10, 17, 21

V

Velhice 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

Violência doméstica 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 100, 101, 102, 103, 104, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 